

dívida em clima de tensão

Roberto Garcia
Correspondente

Nova Iorque — O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, reuniu-se com o comitê de assessoramento dos bancos credores do Brasil, em Nova Iorque, num clima de endurecimento das negociações. Embora tanto Bracher quanto o presidente do grupo de banqueiros, William Rhodes, tenham observado cuidadoso silêncio nos últimos dias, para não permitir que se percebesse a estratégia das negociações, era fácil identificar nos rostos das delegações um ar de controlada tensão quando chegavam à sede do Citicorp, na Park Avenue.

“Seria ideal chegar a um acordo que evitasse insegurança no mercado financeiro”, disse um banqueiro membro do comitê. Uma fonte brasileira antecipava longas horas de negociação, que deverão se estender pelo menos até hoje. Como nenhum dos lados previa uma solução rápida para as reivindicações de Bracher, dava-se por certo que o único resultado possível desta rodada de negociações será uma extensão técnica das linhas de financiamento de exportações e de crédito interbancário, que vencem hoje, para permitir que as discussões continuem pelos próximos dias ou semanas.

Rumores de represálias

Embora os rumores de medidas de represália por parte do Brasil — caso suas pretensões não sejam plenamente atendidas — circulassem intensamente, uma fonte brasileira perguntava

quem ganha com ameaças desse tipo. Entre as represálias citadas estão a centralização do câmbio no Banco Central e a adoção de uma lista de prioridades para os pagamentos de juros, onde os bancos que mais resistissem aos pedidos do Brasil seriam os últimos a receber o dinheiro que lhes é devido.

— Precisamos entender que a normalização do mercado financeiro internacional é o grande objetivo do Brasil. Essas conversas assustam em vez de amolecer nossos interlocutores — advertia um assessor de Bracher. Os dois lados percebiam a legitimidade da posição dos interlocutores, mas era fácil notar também que ambos sofriam pressões dos grupos que representam. “Se eu trabalhasse para o governo do Brasil, estaria exigindo mais prazos e taxas de juros mais baixas”, afirmava um banqueiro, explicando que “entre os grupos de bancos que representam há muitos que, em vez de fazer concessões, gostariam de poder tirar seus depósitos de bancos brasileiros e aplicá-los em operações menos problemáticas. Não há nada de intrinsecamente errado nisso”.

Embora alguns dos membros do comitê de assessoramento dos credores mostrem simpatia pelos argumentos brandidos por Fernão Bracher, numa série de reuniões preparatórias com os mais altos executivos dos grandes bancos americanos, lembravam que, “se abríamos exceções para um país que não quer se submeter ao FMI, todos os outros devedores também vão achar que têm direito a tratamento igual”.